

EDITORIAL

Durante o mês de setembro, estivemos muito envolvidos com assuntos burocráticos, os quais, como sempre, nos tem tomado muito tempo e consumido energias que, não temos dúvida, teriam muito melhor utilização no desenvolvimento de nossas atividades fins, ou seja, o trabalho de campo da preservação ambiental.

O que ocorreu foi que fomos surpreendidos com o recebimento de uma notificação do Ministério da Justiça (MJ) nos solicitando correções na nossa prestação de contas, a qual já nos tomara um tempo imenso no mês de abril passado. Esta documentação nos fora solicitada no início do ano para que pudéssemos manter nossa condição de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e continha incorreções pois o sistema se encontrava em mudanças, tendo passado a ser totalmente informatizado e de nossa total responsabilidade. E para o qual não tivemos informação ou orientações prévias. Mas fizemos, com o auxílio de nosso contador, todas as alterações que nos eram solicitadas e a documentação foi então reencaminhada ao MJ.

Além disso, e bem mais importante, nos repassaram a informação sobre a impossibilidade de que funcionários públicos possam exercer cargos executivos em uma OSCIP, como a nossa. Ocorre que os membros da Diretoria Executiva de nossa entidade eram (e são) funcionários públicos.

Para variar, a legislação muda e nos são repassadas apenas as tarefas a cumprir. Não concordamos e não entendemos o porquê deste impedimento contra os funcionários públicos. Estivemos, por isto, por bom tempo discutindo internamente a respeito da conveniência, para nossa entidade, de fazermos o que nos estava sendo exigido, ou seja, que mudássemos nosso estatuto, registrando nele que funcionários públicos não participariam de cargos executivos e, mais problemático, deveríamos fazer uma nova eleição para elegermos para os cargos executivos da entidade pessoas que não se encontrassem, então, nesta condição.

Acabou prevalecendo a idéia de que nos deveríamos manter como OSCIP, pois, embora esta qualificação não nos tenha trazido, até o momento, nenhuma vantagem no sentido de angariarmos apoios ou patrocínios financeiros, sejam privados ou públicos, para a manutenção de nossas atividades e desenvolvimento de nossos projetos, esta ainda é uma possibilidade.

Assim, após divulgação do que estava ocorrendo, nossos sócios foram convocados para uma assembléia geral extraordinária, na qual foi, então, ratificada a alteração em nosso estatuto no sentido de atender às exigências legais que nos haviam sido repassadas. Foi, sob convocação, também, realizada nova eleição para a presidência da Diretoria Executiva de nossa entidade, tendo sido eleita nossa sócia fundadora, Elaine Cristina de Freitas, que já ocupava a presidência do Conselho Deliberativo. Para a vice-presidência, foi eleita nossa sócia fundadora, Luciane Mendonça Ferreira. Nossos sócios, que, até então, eram presidente e vice-presidente, José Carlos Tarasconi e Josué Almeida Victorino, foram eleitos para integrarem a diretoria do Conselho Deliberativo. A documentação foi encaminhada para registro em cartório, o qual está sendo aguardado.

José Carlos Tarasconi
Presidente do Conselho Deliberativo

EVENOTOS

II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental Local: Porto Alegre (RS) Período: 10 a 12/10/2007 Inform.: www.cbja2007.com.br	Curso em GPS de Navegação Local: Porto Alegre (RS) Período: 16, 18 e 20/10/2007 Inform.: (51) 3019-9449
58ª Congresso Nacional de Botânica Local: São Paulo (SP) Período: 28/10 a 02/11/2007 Inform.: http://www.58cnbot.com.br/	VIII Curso Latino Americano de Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre Local: Nazaré Paulista (SP) Período: 06/11 a 12/12/2007 Inform.: www.ipe.org.br
20º Curso de Biologia e Conservação de Balcias, Botos e Golfinhos Local: CECLIMAR, Imbé (RS) Período: 01 e 02/12/2007 Inform.: gemars@terra.com.br	Comprehensive Course on Molluscan Biology, Diversity and Evolution Local: Wollongong, NSW, Australia Período: 03 a 14/12/2007 www.uow.edu.au/science/biol/events/UOW009845.html
VIII CAEB - Congresso Aberto aos Estudantes de Biologia Local: Campinas (SP) Período: 08 a 14/12/2007 Inform.: http://www.ib.unicamp.br/caeb/	XXVII Congresso Brasileiro de Zoologia Local: Expotrade, Curitiba (PR) Período: 17 a 21/02/2008 Inform.: www.cbz2008.com.br
III Congresso Brasileiro de Oceanografia Local: Fortaleza (CE) Período: 20 a 24/05/2008 Inform.: www.cbo2008.com	2008 COA Convention Local: San Antonio, Texas, USA Período: 05 a 10/07/2008 Inform.: www.coa2008.org
5th Congress of the European Malacological Societies (CEMS) Local: Ponta Delgada, Açores, Portugal Período: 02 a 06/09/2008 Inform.: www.uac.pt/~cicia/5thcongr	VII CLAMA - Congresso Latinoamericano de Malacologia Local: Valdivia, Chile Período: 03 a 07/11/2008 Inform.: jjramil@uach.cl

Você sabia que...

... o pingüim-gentoo, *Pygoscelis papua* Foster, 1781 (Classe Aves; Ordem Sphenisciformes; Família Spheniscidae), é a ave nadadora mais rápida, podendo alcançar até 27km/h?

... a maior parte dos moluscos cefalópodes (polvos, lulas, etc.) possui 8 ou 10 tentáculos, mas o *Nautilus pompilius* Linnaeus, 1758 (Classe Cephalopoda; Ordem Nautilida; Família Nautilidae), possuem até 94 tentáculos, sem ventosas, para capturar suas presas no fundo do mar?

N O T Í C I A S

Cientistas criam recife artificial no Mar Vermelho

Cientistas israelenses e jordanianos estão construindo um recife artificial no Mar Vermelho para proteger uma das comunidades de corais mais variadas do mundo.

A experiência está sendo realizada no balneário israelense de Eilat, próximo da fronteira do país com a Jordânia e o Egito, área que recebe um grande número de mergulhadores autônomos e praticantes de *snorkel*.

O projeto também vai fornecer base para pesquisas de biólogos, já que cerca de 40 tipos de corais estão reunidos nos 10m do recife artificial, contra apenas quatro ou cinco espécies que podem ser encontradas em área equivalente da famosa grande barreira de coral, na Austrália.

Fonte: BBC Brasil, 12/10/2007

Pingüins voltam para casa

Dez pingüins, sendo nove juvenis e um adulto, da espécie *Spheniscus magellanicus* Forster, 1781 (Filo Chordata; Classe Aves; Ordem Sphenisciformes; Família Spheniscidae), que estavam em tratamento no Centro de Recuperação de Animais Marinhos (CRAM), do Museu Oceanográfico da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), foram devolvidos ao mar no dia 19 de outubro, e devem rumar ao sul, em direção às águas da Argentina e Chile.

Eles costumam chegar durante o inverno, geralmente estão sujos de óleo e bastante debilitados. Os técnicos trabalham com a limpeza da plumagem, a nutrição e o monitoramento de seus sinais vitais, processo que leva em torno de quatro a cinco meses até que os animais se recuperem e possam fazer a viagem de volta a seu habitat.

Fonte: Zero Hora, 20/10/2007

Lula-gigante é pescada no litoral do Rio de Janeiro

Uma lula gigante, cuja espécie não foi determinada, foi pescada no litoral de Macaé (RJ), no dia 26 de outubro. O molusco tinha mais de 4m e pesava cerca de 130kg. Foi comprado por um comerciante de Niterói pelo valor de R\$530,00.

Fonte: Notícias Terra, 26/10/2007

Cientistas encontram animal mais velho do mundo

Um molusco, encontrado no fundo do Atlântico norte, perto da costa da Islândia, é, provavelmente, a criatura viva mais velha já encontrada, segundo cientistas da Universidade de Bangor, no País de Gales.

Os pesquisadores constataram que o molusco, do gênero *Arctica*, (Filo Mollusca; Classe Bivalvia; Ordem Veneroida; Família Arctidae) tinha entre 405 e 410 anos de idade, o que foi calculado através dos anéis da sua concha. Essa informação foi descoberta quando o animal estava morto apesar de ter sido coletado ainda com vida. O estudo das partes moles pode oferecer pistas sobre a longevidade.

Segundo o livro **Guinness**, de recordes, o animal mais velho do mundo, até então, era também uma concha ártica, encontrada em 1982, aos 220 anos de idade.

Fonte: BBC Brasil, 28/10/2007

P Á G I N A D O S Ó C I O

Arquipélago de Fernando de Noronha

Parte 1 - Geologia

Para quem visita o arquipélago de Fernando de Noronha é instigante imaginar que se encontra no topo de um enorme cone vulcânico da placa Sul-Americana cuja base, de 74 quilômetros de diâmetro, se situa a 4.200 metros de profundidade, no pavimento oceânico.

A história do arquipélago não começa com sua emergência, há alguns milhões de anos atrás. Sua origem remonta à trajetória de um *hot spot* (ou ponto quente, que são colunas de material rochoso superaquecido que ascendem lentamente à superfície a partir de profundidades diversas do manto inferior), na parte Atlântica, em sua lenta viagem para oeste, iniciada a cerca de 34 milhões de anos e que perdeu pelo menos 32 milhões de anos.

Os aspectos geológicos do arquipélago foram estudados em detalhes nos anos 50 por Fernando Flávio Marques de Almeida, um dos mais destacados geólogos brasileiros da época. Constatou-se que suas rochas vulcânicas possuem datas determinadas entre pouco mais de 12 milhões de anos (período Mioceno) e 1,5 milhões de anos (período Pleistoceno).

Em sua história geológica houve a alternância de períodos de vulcanismo intenso, com lavas e explosões, e períodos calmos, quando predominaram os processos erosivos, eólicos e sedimentares. Contudo, alterações climáticas globais durante os últimos 1,8 milhões de anos também influenciaram na formação da paisagem atual. Todos esses processos em conjunto com a ação da chuva e do sol, desgastaram e destruíram o topo dos cones vulcânicos iniciais, depositando sedimento ao largo deles e criando, pouco a pouco, o relevo do pequenino arquipélago.

Finalizada a saga vulcânica, a parte emersa do arquipélago foi sendo desgastada através dos tempos, em particular durante a última glaciação do planeta, cujo ápice ocorreu há cerca de 20 mil anos atrás. O grande recuo do nível do mar nessa “idade do gelo”, unida à expansão das calotas polares, atingiu desníveis de mais de 100 metros. Esse rebaixamento teria feito emergir muitas ilhas, que hoje não são mais observáveis, pois voltaram a submergir, alguns milênios mais tarde, com a volta do nível do mar à posição que ocupa até os dias de hoje.

A plataforma continental de Fernando de Noronha tem diâmetro aproximado de 10 quilômetros e limite em torno dos 100 metros de profundidade.

O estudo das rochas e da morfologia do terreno neste recanto magnífico de nossa costa é surpreendente e belo, pois a variedade de suas estruturas bem como seu relevo esculpido e aplainado pela erosão do tempo, acabam por revelar a incrível complexidade da natureza.

Fontes: www.noronha.pe.gov.br ;

Arquipélago de Fernando de Noronha, o paraíso do vulcão. Série Terra Virgem

Elaine Cristina de Freitas

ANIVERSARIANTES

Estarão de aniversário, neste mês e no próximo, os seguintes associados e colaboradores:

Odaléa Mendonça Ferreira	03/10	Paula Spotomo de Oliveira	05/11
Anderson Luis Maycá da Cunha	05/10	Prof. Eliézer de Carvalho Rios	09/11
José Willibaldo Thomé	09/10	Leda Luisa Carbonera Tarasconi	10/11
Geraldo Semer Pomponet Oliveira	16/10	Paula Rigon da Luz Soster	15/11
Vanessa Adriana de Freitas	23/10	Carlo Magenta da Cunha	18/11
Cátia Rodrigues Pereira	23/10	Luciano Amaro J. Da Cunha	19/11
Daniel Julio Garcia	01/11	Marco Antonio Both	20/11
Felipe do Canto Quadros	03/11	Eduardo Schirmeister	30/11

Transmitimos, a todos, os nossos mais sinceros e CENEMARINOS votos de felicidades e desejamos que continuem trabalhando, junto conosco, para o aprimoramento de todos, e por uma melhor qualidade de vida, baseada na preservação do meio ambiente.

SÓCIOS COLABORADORES

Pessoas com interesses em comum com os do CENEMAR podem se tornar **Sócios Colaboradores**, podendo participar amplamente de nossas atividades. Auxiliam a entidade com o pagamento anual de uma taxa de 20% do salário mínimo nacional.

Você também pode tornar-se um **Sócio Colaborador** do CENEMAR. Basta solicitar sua proposta de associação pelos endereços eletrônicos laineifreitas@uol.com.br ou cenemar@terra.com.br, por correspondência para Rua Duque de Caxias, 671, apto. 504, Centro - Porto Alegre (RS), CEP 90.010-282 ou, ainda, pelo telefone (051) 3221 4486.

COMPOSIÇÃO DA ENTIDADE

A diretoria e os conselhos do CENEMAR estão assim constituídos:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Elaine Cristina de Freitas
Vice-Presidente: Luciane Mendonça Ferreira

CONSELHO FISCAL

José Luiz Zanini Louzada Júnior
Leonardo Marcelo da Silva Darde
Paulo Bento Bandarra

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: José Carlos Tarasconi
Vice-Presidente: Josué Almeida Victorino
Conselheiros:

Eduardo Rigon da Luz Grace Piacentini
Eliézer de Carvalho Rios Marco Antonio Both
Fabio Wiggers Flávio José Cavalli
Paula R. da Luz Soster João Baltezan Ferreira

NOSSO INFORMATIVO

O **Informativo CENEMAR** é uma publicação mensal do Centro de Estudos Marinhos do Atlântico Sul que serve como elo entre a entidade, seus associados, a comunidade científica e a população em geral. É um espaço aberto para todos. Utilize-o para divulgar informações, opiniões, eventos, solicitações, curiosidades e sugestões. Entre em contato conosco através do endereço eletrônico cenemar@terra.com.br.

Editor: jornalista Vicente William da Silva Darde (Mtb. 9295) (vicentedarde@terra.com.br).
Comitê Editorial: José Carlos Tarasconi (jctarasc@terra.com.br) e Elaine Cristina de Freitas (laineifreitas@uol.com.br).
Acesse: www.cenemar.org.br.

Tiragem: 300 unidades

UTILIDADE PÚBLICA

Leis Ambientais - Parte 4

Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 19/12/1979)

Estabelece as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológica, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde, em terrenos alagadiços. Da área total, 35% devem se destinar ao uso comunitário (equipamentos de educação, saúde, lazer, etc.). O projeto deve ser apresentado e aprovado previamente pelo Poder Municipal, sendo que as vias e áreas públicas passarão para o domínio da Prefeitura, após a instalação do empreendimento. Obs.: a partir da Resolução 001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 23 de janeiro de 1986, quando o empreendimento prevê construção de mais de mil casas, tornou-se obrigatório fazer um Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

Patrimônio Cultural (Decreto Lei 25, de 30/11/1937)

Este decreto organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um destes bens, fica proibida sua destruição, demolição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que também deve ser previamente notificado, em caso de dificuldade financeira para a conservação do bem. Qualquer atentado contra um bem tombado equivale a um atentado ao patrimônio nacional.

Política Agrícola (Lei 8.171, de 17/01/1991)

Esta lei, que dispõe sobre Política Agrícola, coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Num capítulo inteiramente dedicado ao tema, define que o Poder Público (federação, estados, municípios) deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agro-ecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas (inclusive instalação de hidrelétricas), desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros. Mas a fiscalização e uso racional destes recursos também cabe aos proprietários de direito e aos beneficiários da reforma agrária. As bacias hidrográficas são definidas como as unidades básicas de planejamento, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais, sendo que os órgãos competentes devem criar planos pluri-anuais para a proteção ambiental. A pesquisa agrícola deve respeitar a preservação da saúde e do ambiente, preservando ao máximo a heterogeneidade genética.

Equipe CENEMAR